

Arbitragem Obrigatória

Nº Processo: 28/2019 – SM

Conflito: art. 538º CT – AO para determinação de Serviços mínimos

Assunto: PROC. Nº 28/2019-SM | GREVE NA SATA | SNPVAC | PARA OS DIAS 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27 E 28 DE OUTUBRO, 22, 23, 24, 25, 29 E 30 DE NOVEMBRO E 1 E 2 DE DEZEMBRO DE 2019, | PEDIDO DE ARBITRAGEM OBRIGATÓRIA PARA DETERMINAÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS.

ACÓRDÃO

I – OS FACTOS

1. A presente arbitragem emerge, por via da comunicação dirigida ao Secretário-Geral do Conselho Económico e Social, com data de 2 de outubro de 2019, recebida nesse mesmo dia, da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do aviso prévio de greve subscrito pelo Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC) na empresa SATA Internacional – AZORES AIRLINES, S. A. (doravante apenas designada por SATA), para os dias 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27 e 28 de outubro, 22, 23, 24, 25, 29 e 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro de 2019, nos termos do respetivo aviso prévio de greve.

Em anexo a esta mensagem de correio eletrónico constavam cópias dos seguintes documentos:

- Ata da reunião, convocada pela DGERT nos termos do n.º 2 do art. 538.º do CT, que teve lugar no dia 1 de outubro de 2019, da qual consta que as partes não chegaram a acordo sobre a definição de serviços mínimos a prestar durante o período de greve, nem esta matéria é regulada pela regulamentação coletiva de trabalho aplicável;
- Aviso prévio de greve emitido pelo SNPVAC;
- Proposta de serviços mínimos apresentados pela SATA.

[Handwritten signature and initials]

2. Acresce estar em causa uma empresa do Setor Empresarial Público Regional, razão por que o litígio em causa deve ser apreciado e decidido por Tribunal Arbitral, nos termos da interpretação extensiva que se impõe fazer da alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho (CT).

II – TRIBUNAL ARBITRAL E AUDIÊNCIA DAS PARTES

3. O Tribunal Arbitral foi constituído, nos termos do n.º 3 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, com a seguinte composição:

- Árbitro presidente: Jorge Bacelar Gouveia;
- Árbitro da parte trabalhadora: João Carlos Camacho;
- Árbitro da parte empregadora: Pedro Goulão.

4. O Tribunal Arbitral reuniu a 11 de outubro de 2019, pelas 14H15, nas instalações do CES.

O **SNPVAC** fez-se representar por:

- Fátima Meireles;
- Bruno Neves.

A **SATA** fez-se representar por:

- José Gamboa;
- João de Melo Medeiros;
- Paulo Barbosa Sousa;
- Nuno Guedes Vaz.

III – FUNDAMENTAÇÃO

5. A Constituição da República Portuguesa (CRP) garante o direito à greve dos trabalhadores (n.º 1 do artigo 57.º CRP), remetendo para a lei “a definição das condições de prestação, durante a greve de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis” (n.º 3 do artigo 57.º CRP).

O direito à greve, como direito fundamental, tem que ser interpretado em harmonia com outros direitos fundamentais, como o direito à circulação, o direito à saúde, o direito ao trabalho ou o direito à educação.

Não existindo direitos absolutos, nenhum dos direitos pode prevalecer de per si, suscitando-se uma situação de concorrência e de colisão de direitos fundamentais na sua aplicação concreta.

6. No Código do Trabalho (CT), prevê-se a obrigação de as associações sindicais e de os trabalhadores aderentes assegurarem, durante a greve, a “prestação dos serviços mínimos” indispensáveis à satisfação de “necessidades sociais impreteríveis” no setor em causa (n.ºs 1 e 2 do art. 537.º CT).

Nos termos do art. 538º, nº 5, do CT, a decretação de serviços mínimos tem de respeitar os princípios da necessidade, da adequação e da razoabilidade, todos eles dimensões do princípio da proporcionalidade (sobre o princípio da proporcionalidade, v., por todos, JORGE BACELAR GOUVEIA, Manual de Direito Constitucional, II, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2011, pp. 842 e 843).

7. À luz do disposto no n.º 3 do artigo 57.º da CRP e dos n.º 1 do artigo 537.º e n.º 5 do artigo 538.º do CT, uma greve suscetível de implicar um risco de paralisação dos serviços públicos deve ser acompanhada da definição dos serviços mínimos, no respeito dos princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade e na medida do

estritamente necessário à salvaguarda de outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

Da descrição da atividade em que se anuncia a greve, o âmbito do transporte aéreo entre o arquipélago dos Açores e Continente, resulta claro que se deve considerar viável a pretensão, apresentada pela entidade empregadora e aceite pelo sindicato, de haver a definição de serviços mínimos, uma vez que se trata de serviços públicos que se inscrevem nos bens jurídicos considerados como correspondentes a necessidades sociais impreteríveis, cuja noção integra uma dimensão de urgência e continuidade.

8. A definição de serviços mínimos, nos termos constitucionais e legais, assume sempre um carácter excecional na medida em que implica uma limitação do direito fundamental à greve, embora corresponda à proteção de valores que igualmente têm uma dignidade constitucional.

Por isso, impõe-se fazer uma ponderação de bens, avaliando da importância da proteção dos direitos e interesses em presença, na certeza de que o legislador constitucional, na delimitação do direito à greve, não configurou este direito fundamental dos trabalhadores como um direito irrestrito, sendo a definição de serviços mínimos uma limitação ao seu exercício.

9. O SNPVAC – Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil e a SATA Internacional – Azores Airlines, entidades destinatárias presentes nesta audição, prestaram os esclarecimentos solicitados, não tendo sido alcançado um acordo quanto à fixação dos serviços mínimos e dos meios para os assegurar.

No âmbito dessa ponderação, o Tribunal Arbitral teve em consideração o seguinte:

- O facto de a greve ter uma duração de 16 dias, divididos por quatro períodos de quatro dias cada;
- O facto de existirem alternativas de voos de e para o Continente, no que concerne às ilhas de São Miguel e Terceira;
- O facto de, para os residentes nos Açores, o transporte aéreo ser a principal e quase exclusiva forma de quebrarem o isolamento inerente à situação de insularidade em que vivem com os consequentes reflexos em matéria de direito à deslocação no território nacional, consagrado no artigo 44.º da CRP;

- O facto de, no limite, poderem sobrevir emergências que ponham em causa o direito à vida e à saúde dos cidadãos.

IV — DECISÃO

10. Nestes termos, o Tribunal Arbitral entende, por unanimidade, decretar os seguintes serviços mínimos:

10.1. Para a greve agendada para os dias 18, 19, 20 e 21 de outubro de 2019, os dias 25, 26, 27 e 28 também de outubro de 2019, os dias 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2019, e os dias 29 e 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro de 2019:

10.1.1. Todos os voos impostos por situações críticas relativas à segurança de pessoas e bens, incluindo voos-ambulância, casos de perigo de vida e de emergência médica, movimentos de emergência entendidos como situações declaradas em voo, designadamente por razões de ordem técnica ou meteorológica e outras que, pela sua natureza, tornem absolutamente inadiável a assistência ao voo;

10.1.2. Todos os voos militares;

10.1.3. Todos os voos de Estado, nacional ou estrangeiro;

10.1.4. As assistências levadas a cabo por uma tripulação de assistência, com a composição mínima necessária — um chefe de cabine e tripulantes de bordo — para garantir uma ligação diária planeada LIS/SMA/LIS, LIS/HOR/LIS e LIS/PIX/LIS (nos dias em que a SATA realiza voos para estes destinos);

10.1.5. Os voos de regresso à base, de forma a assegurar aos passageiros cuja viagem se iniciou antes da greve que a deslocação finda no destino contratualizado com a SATA (sendo esse o caso, em Lisboa).

11. Em caso de impossibilidade de realização dos voos referidos no número anterior por razões de ordem climatérica, os mesmos serão efetuados logo que se encontrem reunidas as condições para o fazer.

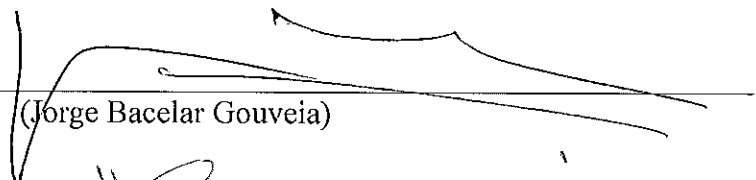
12. O Sindicato, apesar da previsão constante do n.º 7 do artigo 538.º do CT do Trabalho, e atentas as particulares condições da atividade, deve, tanto quanto possível, designar os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos ora definidos até 48 horas antes do início do período de greve, devendo a SATA INTERNACIONAL fazê-lo caso não seja, atempadamente, informada dessa designação.

13. O recurso ao trabalho dos aderentes à greve só é lícito se os serviços mínimos não puderem ser assegurados por trabalhadores não aderentes, nas condições normais da sua prestação de trabalho.

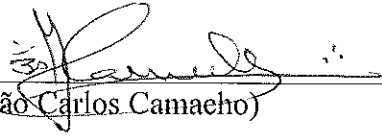
14. Para o cumprimento da referida obrigação de serviços mínimos, deve a SATA INTERNACIONAL assegurar as condições normais de segurança e de trabalho dos trabalhadores adstritos à respetiva execução.

Lisboa, 11 de outubro de 2019.

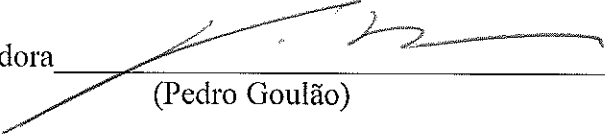
Árbitro Presidente


(Jorge Bacelar Gouveia)

Árbitro de Parte Trabalhadora


(João Carlos Camacho)

Árbitro de Parte Empregadora


(Pedro Goulão)